

Leopoldo Silva



Na sala de reuniões da CCJ, lotada de senadores e jornalistas, Kátia Abreu (ao lado de Marco Maciel) defende extinção da CPMF

José Cruz



Senadores de partidos da base aliada negociam com ministros mudanças na proposta que prorroga vigência da contribuição

## Governo vence a 1ª batalha da CPMF

Por 12 votos a 9 e uma abstenção, a CCJ aprovou ontem a proposta que prorroga a cobrança da CPMF até 2011. Decisão final será do Plenário

A Comissão de Justiça (CCJ) acolheu ontem à noite o voto em separado de Romero Jucá, rejeitando o relatório de Kátia Abreu que propunha a extinção da CPMF. Pela manhã, senadores da base aliada reuniram-se com os ministros da Fazenda e das Relações Institucionais, quando foi negociada proposta que prevê medidas como redução gradual da alíquota da CPMF, isenção a contribuintes que ganham até R\$ 2.894, mais recursos para a Saúde e envio de proposta de reforma tributária. **Páginas 4 e 5**

### Desmatamento pode cair à metade ao custo de US\$ 10 bi

O cientista político e economista Michael Dutschke anunciou que a Alemanha deverá propor ao Brasil, na próxima semana, um programa de cooperação com mecanismos para reduzir os efeitos do desmatamento. Ele estima em US\$ 10 bilhões anuais o custo para se reduzir à metade o desmatamento no mundo. **Página 2**

### Apoio a licença-maternidade de seis meses

Pesquisa do DataSenado mostra que 80% dos brasileiros apóiam a ampliação de quatro para seis meses do período de licença-maternidade. A medida, aprovada no Senado, está em exame na Câmara. **Página 7**

### Parlamentar apresenta emendas ao Orçamento

As comissões do Senado definiram suas emendas ao Orçamento. Termina hoje o prazo para apresentar emendas individuais. **Página 5**

### Comissão aprova três novos diretores para o Banco Central

Vai ao exame do Plenário a indicação, aprovada pela CAE, de Maria Celina Arraes, Alvir Hoffmann e Anthe-ro de Moraes. **Página 6**



Na cerimônia de divulgação da pesquisa, Paulo Paim (E), Dioclécio Campos Júnior, Tião Viana e Patrícia Saboya



Especialista afirma que país europeu deve propor na próxima semana programa de cooperação para reduzir emissões

## Acordo Brasil-Alemanha contra aquecimento

O Ministério de Ciência e Tecnologia da Alemanha deverá propor, na próxima semana, um programa de cooperação bilateral com o Brasil, contendo mecanismos de redução de emissões de gases de efeito estufa gerados por queimadas e desmatamentos. O anúncio foi feito ontem pelo cientista político e economista Michael Dutschke, durante audiência conjunta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Autor de um dos capítulos do terceiro relatório divulgado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), ligado à ONU, Dutschke acredita que a parceria entre os dois países poderá resultar em propostas que terão maior aceitação nos fóruns internacionais.

– Poderia emergir uma proposta contundente que teria todos os elementos para ser aceita mundialmente, pois não despertaria desconfianças por não pertencer a



Dutschke (E), com Suplicy: desmatamento pode cair 50% ao custo de US\$ 10 bilhões anuais

nenhum grupo de negociação.

### Queimadas

O especialista lembrou que as queimadas oriundas da destruição das florestas significam 75% das emissões brasileiras. De acordo com o IPCC, a maior parte do potencial florestal para reduzir o aquecimento global está localizada nos trópicos e mais da metade pode ser resolvida apenas com o combate ao desmatamento ilegal. Dutschke estima em US\$ 10 bilhões os custos anuais para reduzir em 50% o desmatamento

em todo o mundo.

– Isso equivale aos custos de apenas um dia de guerra no Iraque – observou.

Segundo o especialista, não seria factível a proposta brasileira de criação de um fundo voluntário dos países industrializados para financiar ações de reflorestamento e recuperação de áreas desmatadas. Como forma de reunir os recursos necessários, ele sugere a implementação de mecanismos mais simples para operações no mercado internacional de carbono e a criação de um fundo a ser constituído com o pagamento de taxas pelo não-cumprimento de metas de redução de emissões, previstas no Protocolo de Kyoto.

### Debates

Marcelo Crivella (PRB-RJ) manifestou preocupação com notícias de que os Estados Unidos teriam voltado a fazer perfurações para exploração de petróleo no Ártico e a queimar carvão em grande quantidade.

O deputado federal Sarney Filho (PV-MA) defendeu a proposta brasileira de que o país receba pagamentos pelos serviços ambientais prestados pela floresta amazônica a todo o planeta.

Para Michael Dutschke, é inegável a importância da Amazônia para o equilíbrio climático global. Apesar de considerar que as mudanças climáticas já têm provocado impactos irreversíveis, Dutschke afirma ainda ser possível deter o aquecimento global se medidas urgentes para a redução das emissões forem adotadas de forma ampla.

### Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Pauta trancada por MPs

A sessão deliberativa tem início às 11h, com a pauta trancada por três MPs revogatórias, editadas para facilitar a aprovação da CPMF na Câmara.

### Cadastro de bons pagadores

Às 8h40, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) reúne-se para votar o projeto que institui o cadastro positivo de proteção ao crédito.

### ICMS de petróleo e energia

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) analisa, às 10h, proposta de emenda à Constituição que permite a cobrança de ICMS pelos estados produtores de derivados de petróleo e de energia elétrica. Às 14h30, debate propostas sobre precatórios judiciais.

### Imposto sindical

O projeto de lei da Câmara que acaba com a cobrança compulsória do imposto sindical (PLC 88/07) é o primeiro item da pauta da Comissão de Assuntos Sociais, que deve se reunir às 11h.

### Grupo contra pirataria

A representação brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul analisa, a partir das 15h, a criação de um grupo bilateral de inteligência Brasil-Paraguai sobre produtos pirateados e falsificados.

### Conselho de Ética

O Conselho de Ética se reúne às 14h para conhecer pareceres sobre a segunda e a terceira representações contra o presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros.

## Embaixador destaca importância crescente da Índia

A crescente importância da Índia no cenário internacional foi ressaltada pelo embaixador indicado para aquele país, ministro de primeira classe Marco Antônio Diniz Brandão, em exposição aos integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

A indicação de Marco Antônio Brandão, que teve como relator o próprio presidente do colegiado, Heráclito Fortes (DEM-PI), foi aprovada ontem.

– Já no presente, mas ainda mais no futuro, a Índia terá um papel relevante nas relações internacionais – disse Brandão, que desde novembro de 2005 ocupou a chefia da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores.

Durante muito tempo, recordou o embaixador indicado, Brasil e Índia mantiveram relações



Ao lado de Mozarildo, Marco Antônio Brandão (E) fala à CRE

“apenas cordiais” e sem muita profundidade. O relacionamento bilateral começou a tornar-se mais

denso, a seu ver, a partir de viagem à Índia do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1996, e da visita a Nova Délhi do atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, em 2004, ano em que foi criado o chamado G-4, grupo composto por Alemanha, Brasil, Índia e Japão – países que têm uma aspiração comum a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente interino:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** Gerson Camata

**3º Secretário:** César Borges

**4º Secretário:** Magno Malta

**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Davi Emerich (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Cirilo Quartim e Leif Bessa

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

**Edição:** Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

**Site:** [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - **E-mail:** [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

**Tel.:** 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

**Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920**

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Tião Viana, Gerson Camata, Mozarildo Cavalcanti e Romeu Tuma



Marconi Perillo (D), presidente da CI, na reunião com Haroldo Lima

## Comissão aprova Haroldo Lima para diretor-geral da ANP

Por 20 votos a favor e 2 contrários, em votação secreta, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem a recondução do ex-deputado Haroldo Lima para a direção da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Ele é diretor-geral da agência desde 19 de outubro de 2005 e seu mandato vai até 11 de dezembro próximo. O presidente da CI, senador Marconi Perillo

(PSDB-GO), informou que a matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa, para que possa ser votada em Plenário.

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) destacou em seu relatório sobre a indicação que o currículo de Haroldo Lima “demonstra que sua formação acadêmica e experiência profissional são compatíveis com o cargo”. Em sua explanação diante dos senadores, o in-

dicado destacou as atividades da ANP, enfatizando as ações da Petrobras e a recente jazida descoberta no campo Tupi, que, estima-se, aumentará em 50% as reservas brasileiras conhecidas de petróleo.

Haroldo Lima afirmou que o valor de mercado da maior empresa brasileira era de R\$ 28,3 bilhões em 1997, mas atingiu R\$ 223 bilhões no ano passado.

## Marisa alerta para risco da Venezuela no Mercosul

Marisa Serrano (PSDB-MS) disse que o Senado deve ficar alerta durante a análise da proposta de adesão da Venezuela ao Mercosul. Além de condenar a corrida armamentista deflagrada por Hugo Chávez, ela afirmou que a Casa não poderá compactuar com um país que põe em risco as normas democráticas, ao reprimir os opositores e promover a censura aos meios de comunicação.

A senadora salientou que o caso da Venezuela tem espelhado “contornos dramáticos”, observando que “não se trata de questão isolada de um episódio que ocorreu lá atrás, quando Chávez tratou de forma deselegante os senadores e o Congresso Nacional”.

– Preocupa-nos muito mais ver um país vizinho numa corrida armamentista, armando-se até os dentes, não apenas comprando jatos de guerra e armamento pesado para o seu Exército, mas também mostrando belicosidade no trato das coisas da América Latina. Há mais de 70 anos a América Latina não vê uma guerra e não se preocupa com isso. Mas é chegado o momento de também nos armarmos.



Marisa Serrano condena corrida armamentista do país vizinho

# Papaléo rebate críticas sobre gastos do Congresso Nacional

Senador diz que 25% das despesas da instituição referem-se ao custo com aposentados e pensionistas e condena pesquisa da ONG Transparência Brasil que originou matéria na imprensa

Ao rebater matéria publicada pela imprensa colocando o Parlamento brasileiro entre os mais caros do mundo, o senador Papaléo Paes (PSDB-AP) prestou esclarecimentos ontem, em Plenário, sobre os custos efetivos do Congresso.

Lendo estudo elaborado pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado, Papaléo ressaltou que 25% dos dispêndios totais do Parlamento se referem a gastos com aposentados e pensionistas e não deveriam ser incluídos nos cálculos efetuados pela pesquisa da ONG Transparência Brasil, que deu origem a matéria veiculada na imprensa.

– Tais despesas derivam de compromisso constitucional assumido com gerações passadas

de servidores. Trata-se de item de despesa eminentemente previdenciário, incluído no orçamento do Congresso por mera convenção contábil – afirmou.

Papaléo justificou os gastos do Parlamento brasileiro em razão das dimensões continentais do país, que exigem estruturas mais elaboradas de assessoramento e apoio local, resultando em maiores custos com deslocamento de deputados e senadores. Ele destacou também que a despesa total do Congresso representa apenas 0,7% do Orçamento da União, excluído o refinanciamento da dívida pública.

O senador criticou o estudo da Transparência Brasil por supor uma taxa de câmbio fixa. Devido ao fato de o real estar extremamente

valorizado atualmente, Papaléo Paes ressaltou que o custo em dólar do Congresso cairia 60% caso tivesse sido apurado três anos antes, quando o câmbio era de R\$ 3,12 por dólar.

O parlamentar refutou ainda a constatação de que o Senado brasileiro seria o órgão público com o mais elevado coeficiente de gasto com pessoal. Segundo ele, tal coeficiente, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, é de 0,86, mas no Senado atinge apenas 0,46.

Em aparte, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) sugeriu o encaminhamento à Transparência Brasil de pedido de retratação, bem como pedido de espaço nos jornais para publicação de resumo do estudo da Consultoria de Orçamentos.

## Paim afirma que emenda não extingue imposto sindical

Paulo Paim (PT-RS) afirmou ontem que a contribuição sindical anual compulsória não foi extinta pela emenda apresentada ao projeto pelo deputado Augusto Carvalho (PPS-DF) regulamentando o artigo 8º da Constituição, sobre a liberdade de organização sindical.

– O que a emenda fez foi estabelecer três alternativas para o pagamento da contribuição: a folha de pagamento, mecanismo atualmente utilizado, o pagamento em agências bancárias ou nos sindicatos – afirmou Paim.

Como relator da matéria no Senado, Paim vai levar em consideração o posicionamento das organizações sindicais, que prometeram chegar a um entendimento sobre o assunto em 90 dias. Ele disse ser



Paulo Paim: iniciativa estabelece três opções de pagamento

simpático à contribuição negociada, deliberada em assembléia.

O parlamentar voltou a criticar o fator previdenciário, mecanismo que reduz os benefícios dos aposentados e pensionistas “num momento da vida em que se elevam os gastos com remédios e tratamentos médicos”.

## Dirigentes sindicais pedem pressa na votação de projeto sobre centrais

O presidente interino do Senado, Tião Viana, recebeu ontem o presidente da Força Sindical, deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), e outros dirigentes sindicais interessados em que o Senado marque para o próximo dia 27 ou 28 a votação do projeto que regulamenta as centrais sindicais (PLC 88/07). O texto aprovado na Câmara disciplina o pagamento do imposto sindical.

De acordo com Paulo Pereira da Silva, a idéia é aprovar um imposto, denominado Contribuição Negocial, para substituir os três atualmente cobrados: Imposto Sindical, Contribuição Assistencial e Contribuição Confederativa.

Tião Viana defendeu o retorno à Câmara dos Deputados do projeto. “É claro que o retorno é

uma decisão dos senadores, mas a matéria deve voltar à Câmara, porque, em razão de sua importância, tem de ser decidida de forma mais madura”, afirmou.

Sobre a possibilidade de retirar o pedido de urgência para votação da matéria, disse que isso dependerá do governo e também dos senadores. Ele acha possível que a matéria seja examinada, apesar de o Senado estar analisando outros temas como a prorrogação da CPMF e os processos contra o presidente licenciado, Renan Calheiros.

O projeto, originário do Executivo, mantinha o imposto sindical, mas na Câmara recebeu emenda do deputado Augusto Carvalho (PPS-DF) extinguindo a obrigatoriedade do desconto em folha de pagamento.

Proposta, que agora vai ao Plenário, prorroga até dezembro de 2011 mecanismo que dá ao governo maior flexibilidade na utilização dos recursos do Orçamento

# Governo vence primeira batalha. Comissão aprova CPMF

Por 12 votos a 9, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem à noite o voto em separado do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), pela prorrogação da cobrança até 2011 da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). O relatório da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) à proposta de emenda à Constituição (PEC 89/07), pela rejeição do tributo, foi derrotado pelo mesmo placar.

A vitória na primeira batalha pela prorrogação da CPMF foi fruto de um intenso processo de articulação por parte do governo: depois de ver frustradas as tentativas de angariar os votos do PSDB, os ministros do presidente Luiz Inácio Lula da Silva resolveram apostar suas fichas nos parlamentares da base.

Da reunião com Guido Mantega (Fazenda) e Walfrido dos Mares Guia (Relações Institucionais), realizada ontem de manhã, saiu a proposta que garantiu o apoio de alguns indecisos – limitação dos gastos públicos com pessoal ao que foi gasto no ano anterior acrescido da inflação do período mais 2,5%; acréscimo de R\$ 24 bilhões ao orçamento da Saúde até 2011, conforme acordo firmado para aprovação da regulamentação da Emenda Constitucional 29 na Câmara dos Deputados; extensão da isenção da CPMF a contribuintes com renda de até R\$ 2.894, com abatimento na contribuição previdenciária; envio ao Congresso de uma proposta de reforma tributária até 30 de novembro; e redução da alíquota em 0,02 ponto percentual ao ano em quatro anos,



Autor do voto em separado, Romero Jucá abraça Kátia Abreu. Tentativa de governistas de negociar com opositores continuou até os momentos finais da votação

o que levará a CPMF ao patamar de 0,30% em 2011.

## Substituição

A articulação, no entanto, não parou por aí: a troca de Pedro Simon (PMDB-RS), contrário à prorrogação, pelo líder do PMDB, Valdir Raupp (RO), seguiu a estratégia desenhada já na segunda-feira, durante a leitura do relatório de Kátia Abreu, pela líder do Bloco de Apoio ao Governo, Ideli Salvatti (PT-SC), que passou a ocupar a vaga de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), também pela extinção da CPMF.

A oposição tentou adiar a votação na CCJ para hoje, sob o argumento de que não teria havido tempo hábil para a análise do voto em separado de Jucá. Derrotado requerimento nesse sentido apresentado pelo senador Marconi Perillo (PSDB-GO), o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), chegou a apresentar ainda destaque para votação em separado de

emenda do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) que propunha a extinção da contribuição. Ambas as tentativas foram frustradas.

Com o resultado da votação, Romero Jucá passou a ser o relator do vencido, ou seja, seu voto em separado passou a constituir o parecer da CCJ. Dessa forma, cabe ao líder do governo coordenar a votação da PEC da CPMF no Plenário do Senado, determinando quais emendas serão acolhidas e quais serão rejeitadas.

## Plenário

Resta saber, no entanto, se o acordo firmado para garantir a batalha na Comissão de Justiça será suficiente para ganhar a guerra no Plenário, onde o governo precisará enfrentar dois turnos de votação com quórum qualificado – ou seja, 49 votos.

Antes, porém, existe todo um rito regimental a ser respeitado. Cinco dias após a publicação da



Fotos: Leopoldo Silva

decisão da comissão no *Diário do Senado*, que deve acontecer hoje, a PEC pode passar a constar da ordem do dia. Durante o período de discussão (cinco sessões antes da votação em primeiro turno), os senadores poderão oferecer emendas à matéria, desde que inscritas por um terço dos membros da Casa.

## Emendas

Caberá à CCJ se manifestar sobre as emendas. Regimentalmente, a comissão teria até 30 dias para dar seu parecer, mas esse prazo dependerá do relator. As emendas eventualmente acolhidas por Jucá não deverão alterar o mérito da proposta, sob o risco de a PEC ser substancialmente modificada e ter de ser mandada de volta à Câmara dos Deputados.

Por acordo entre as lideranças, o interstício obrigatório de cinco sessões entre o primeiro e o segundo turno poderá ser quebrado,

tornando possível que todo o processo de votação transcorra num único dia. A oposição, no entanto, não tem interesse em acelerar a tramitação da PEC: se a prorrogação da CPMF não for aprovada até o fim do ano, a contribuição deixará de existir. Para garantir os recursos, nesse caso, o governo teria que recriar a contribuição por meio de uma outra proposta, o que poderia comprometer a arrecadação de 2008.

Outro desafio a ser enfrentado pelo governo é desbloquear a pauta do Plenário do Senado, trancada por três medidas provisórias – justamente aquelas editadas para destrancar a pauta da Câmara quando a CPMF tramitava naquela Casa.

A PEC prorroga até dezembro de 2011 a Desvinculação das Receitas da União (DRU), mecanismo que confere ao governo maior flexibilidade na utilização dos recursos do Orçamento.

## Substituição de Pedro Simon gera protestos

Cerca de uma hora após o início da reunião da Comissão de Justiça, o presidente do colegiado, Marco Maciel, leu aos parlamentares o ofício da liderança do PMDB que comunicava a retirada do senador Pedro Simon (PMDB-RS) da titularidade na comissão. A vaga de Simon passava a ser ocupada pelo próprio líder do partido, Valdir Raupp (RO).

A manobra – prerrogativa regimental dos líderes – gerou protestos entre os membros da oposição, que já havia manifestado irritação logo na abertura da reunião devido à alteração feita pela bancada governista da Câmara dos Deputados no texto

do Projeto de Lei de Conversão 33/07, que trata da liberação dos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em período eleitoral, aprovado pelo Senado na última semana.

A troca de Simon por Raupp foi vista como uma continuidade do processo iniciado na segunda-feira, durante a leitura do relatório de Kátia Abreu – pela inconstitucionalidade da CPMF e rejeição da prorrogação do tributo –, quando a líder do bloco do governo, Ideli Salvatti (PT-SC), substituiu o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), contrário à PEC, por ela mesma.

Valdir Raupp informou que a

substituição havia se dado porque Pedro Simon teria relatado à bancada “não estar em condições” de votar favoravelmente à CPMF. Raupp leu nota de esclarecimento enviada pelo próprio parlamentar gaúcho. Simon dizia, no documento lido, que havia sido informado pela líder do governo no Congresso, senadora Roseana Sarney (PMDB-MA), que a bancada do PMDB havia decidido votar favoravelmente à CPMF e que substituiria qualquer um que insistisse na posição contrária.

Raupp negou que a bancada tenha deliberado nesse sentido.

– A decisão foi tomada pela unidade da bancada – esclareceu.

## Jucá prevê votação da CPMF em primeiro turno até 6 de dezembro

O líder do governo no Senado, Romero Jucá, previu que a prorrogação da vigência da CPMF poderá ser votada em primeiro turno no Plenário por volta do dia 6 de dezembro, “se possível até um pouco antes”. Ele explicou que é preciso tempo para discutir a matéria e as emendas, e “votar dentro do regimento”.

– Não dá para dormir sobre os louros da vitória – disse Jucá, referindo-se à aprovação da PEC ontem na comissão. O líder do governo previu um

mês de muito trabalho em prol do entendimento.

A matéria deve ir para o Plenário a partir da sua publicação. Ali, ficará por cinco sessões, aguardando emendas. Se receber emendas, volta à CCJ, podendo ficar ali por mais 30 dias. Havendo decisão da relatoria de antecipar o prazo, ela pode retornar antes ao Plenário.

Na opinião do presidente interino do Senado, Tião Viana, há tempo suficiente para essa matéria ser votada até o fim do ano.

## PDT só vai apoiar prorrogação se governo cumprir acordo, diz Osmar

O vice-líder do PDT no Senado, Osmar Dias (PR), afirmou que o apoio de sua bancada à prorrogação da cobrança da CPMF está vinculado à garantia do cumprimento de todos os itens do acordo firmado com os parlamentares da base governista, em reunião com ministros na manhã de ontem.

Dentre os compromissos, o senador destacou o envio de uma nova proposta de reforma tributária ao Congresso até 30 de novembro, a redução da alíquota da contribuição, a aprovação da regulamentação da Emenda Constitucional 29, a ampliação do teto de isenção da CPMF para rendimentos de até R\$ 2.894 e a redução dos gastos correntes da União.

– Se o governo continuar gas-



Osmar: governo precisa reduzir seus gastos para investir em infra-estrutura

tando muito, vamos ter que aumentar os impostos cada vez mais, e isso não significará mais investimentos em infra-estrutura, principalmente nessas áreas, que são fundamentais para a economia brasileira: rodovias, estradas ferroviárias, portos – disse.

## Mozarildo defende saída do PTB de bloco de apoio

O PTB convocou os membros de sua Executiva Nacional para uma reunião no dia 28, quando será discutido o posicionamento da bancada no Senado e na Câmara sobre a CPMF e divulgada uma nota de apoio e desagravo ao senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), afastado na dia 12 da vaga de titular na Comissão de Justiça (CCJ), e substituído por Ideli Salvatti (PT-SC).

“Foi uma descortesia comigo e com o meu partido”, disse Mozarildo, afirmando que tra-

balhará para que o PTB saia do Bloco de Apoio ao Governo no Senado. Para o senador, o gesto não significa um rompimento com o governo Lula, mas sim uma busca de independência.

Mozarildo voltou a criticar a CPMF, dizendo que o imposto onera todos os cidadãos. Ele também lançou dúvidas sobre a possibilidade de o governo enviar uma proposta de reforma tributária para o Congresso até o dia 30.

– Se aprovamos [a CPMF], a reforma tributária vai morrer na Câmara, mofando – assinalou.

Em apertes, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) e Raimundo Colombo (DEM-SC) manifestaram solidariedade a Mozarildo.

## Valadares: redução gradual não diminuirá recursos para saúde

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) informou que é de sua autoria a proposta para que a alíquota da CPMF seja reduzida anualmente em 0,02 ponto percentual ao ano até 2011, aceita pelo líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), durante reunião com os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e das Relações Institucionais, Walfrido dos Mares Guia.

O senador afirmou que a redução da alíquota não diminui os recursos para a saúde.

– Haverá um ganho, já que o governo vai colocar aquilo que arrecada da DRU [Desvinculação de Receitas da União] em benefício da saúde – disse.

Valadares observou ainda que, com a isenção da CPMF para quem recebe até R\$ 2.894 men-



Valadares afirma que o atual governo já sinaliza para a extinção total da CPMF

saís, 35 milhões de contribuintes serão beneficiados.

– O atual governo já sinaliza para a extinção total da CPMF, ao contrário do governo anterior, que aumentou a alíquota da contribuição de 0,20% para 0,38% – afirmou.

Encerra-se hoje o prazo para o encaminhamento das emendas individuais e coletivas ao relator da proposta de Orçamento de 2008

# Comissões aprovam emendas ao projeto de lei orçamentária

As comissões permanentes do Senado Federal definiram ontem suas emendas ao projeto de Lei Orçamentária para 2008. As emendas serão encaminhadas ao relator na Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado José Pimentel (PT-CE), que poderá ou não acrescentá-las ao relatório final, que seguirá para deliberação do colegiado.

O prazo para a apresentação de emendas individuais e coletivas (bancadas estaduais e comissões) encerra-se hoje. Depois, as emendas serão sistematizadas pelos dez relatores setoriais, que respondem pela consolidação das propostas em documentos relativos aos gastos por função ou grupo de funções do setor público.

### Destinação

– Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) – três emendas destinando R\$ 1,5 bilhão ao Ministério da Defesa; R\$ 397 milhões ao Comando da Aeronáutica; e R\$ 50 milhões ao Ministério das Relações Exteriores.

– Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscali-

zação e Controle (CMA) – emendas que somam R\$ 655 milhões, beneficiando o Ministério do Meio Ambiente, Agência Nacional de Águas (ANA) e Tribunal de Contas da União (TCU).

– Comissão de Educação (CE) – quatro emendas no valor total de R\$ 2 bilhões, para educação básica, infra-estrutura do esporte educacional; técnicos e produtores de arte e cultura, e educação profissional.

– Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) – quatro emendas que totalizam R\$ 650 milhões, destinadas ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, à Embrapa e à Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca.

– Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) – três emendas no total de R\$ 900 milhões, para as secretarias Especiais de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos, e de Políticas para as Mulheres.

– Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) – quatro emendas no total de R\$ 245, para fortalecimento de cadeias produtivas,

gastos com projetos de feiras e eventos; capacitação para micro, pequenas e médias empresas; e ações de capacitação de servidores públicos.

– Comissão de Assuntos Sociais (CAS) – cinco emendas, que totalizam R\$ 770 milhões, para Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação; programa Economia Solidária; erradicação do trabalho infantil; Fundo Nacional de Assistência Social e Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

– Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) – seis emendas totalizando R\$ 303,8 milhões, destinadas à Justiça Federal, Ministério Público do Trabalho, Defensoria Pública da União, Fundo Nacional de Polícia (Funapol) e Ministério da Justiça.

Até o fechamento desta matéria as Comissões de Serviços de Infra-Estrutura (CI), de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) não haviam divulgado os pareceres sobre suas emendas.

## Jefferson e João Pedro apresentam seus relatórios

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado reúne-se hoje, às 14h, para a apresentação dos relatórios dos senadores João Pedro (PT-AM) e Jefferson Péres (PDT-AM) sobre a segunda e a terceira representações contra o presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros.

O relatório de João Pedro trata da acusação de tráfico de influência em favor da cervejaria Schincariol. Já o de Jefferson é sobre o suposto uso de “laranjas” em uma sociedade secreta que teria sido formada por Renan e o usineiro João Lyra para a compra de duas emissoras de rádio e um jornal em Alagoas.

Jefferson Péres colheu ontem, em reunião reservada no gabinete do presidente do conselho, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), depoimentos do governador de Alagoas, Teotonio Vilela Filho, e dos empresários Sérgio Luiz Ferreira e Nazário Pimentel, respectivamente ex-diretor e ex-dono de *O Jornal*. Após a reunião, o relator afirmou que “indícios existem”, mas resta saber se são procedentes ou não.

O advogado de Renan, José Frago, que esteve presente à reunião, afirmou que as informações prestadas pelos três depoentes “em nada comprovaram sociedade oculta das empresas de comunicação”. Frago disse também à imprensa que João Lyra, que confirmou a existência de sociedade secreta com Renan, mentiu “movido pelo ódio” contra Renan.



A partir da direita, Jefferson, Quintanilha, Teotonio e Frago

## Governador de Alagoas diz que Lyra é pessoa “inidônea”

Em depoimento ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o governador de Alagoas, Teotonio Vilela Filho, afirmou ontem que o usineiro João Lyra é um homem “movido pelo ódio” contra o presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros, e, portanto, “uma pessoa inidônea para avaliar qualquer matéria a ser apreciada pelo Senado”.

– É um homem sem escrúpulos e sem limites para tudo – afirmou o governador, a respeito de Lyra.

Teotonio foi convidado a prestar esclarecimentos ao Conselho de Ética por Jefferson Péres (PDT-AM), relator do processo que investiga se Renan Calheiros teria comprado e administrado, em parceria com o usineiro João Lyra, mas por meio de “laranjas”, duas emissoras de rádio e um jornal em Alagoas.

Caso o Plenário aceite nomes já acolhidos pela CAE, elevará para cinco o número de representantes dos quadros próprios de carreira na diretoria do Banco Central

## Comissão aprova indicações de três novos diretores para o BC

Relatórios com votos favoráveis às indicações de três novos diretores para o Banco Central (BC), todos integrantes de carreiras da própria instituição, foram aprovados ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Os indicados são Maria Celina Berardinelli Arraes, para a Diretoria de Assuntos Internacionais; Alvir Hoffmann, para a Diretoria de Fiscalização; e Anthero de Moraes, para a Diretoria de Administração. As mensagens, assinadas pelo presidente Lula, seguem agora para o Plenário.

Aloizio Mercadante (PT-SP), presidente da CAE, destacou o ineditismo do exame, em uma única oportunidade, de três indicações de integrantes do próprio BC para compor a diretoria da instituição. Salientou, ainda, que a aprovação final elevará para cinco o número de representantes dos próprios quadros de carreira na diretoria do órgão, composta por sete membros.

Questionado por Eduardo Suplicy (PT-SP), Alvir Hoffmann afirmou que, por concentrarem 28% dos ativos do sistema financeiro nacional, os bancos estatais podem contribuir com soluções para ampliar o grau de competitividade do setor. Hoffmann concordou com o senador Antonio Carlos Magalhães Júnior (DEM-BA) sobre a necessidade



Anthero de Moraes, Maria Celina, Mercadante e Alvir Hoffmann durante a sabatina

de reforma da legislação ordinária que regula o mercado financeiro, bem como da fixação de lei complementar para o artigo 192, da Constituição Federal, com normatizações para o setor. Segundo ele, falta definir planos de contingências para situações de riscos sistêmicos no mercado financeiro.

Maria Celina discordou da idéia de que parte das reservas internacionais seja utilizada para a formação de um fundo soberano, para aplicação em investimentos de maior risco, porém de maior retorno, dentro e fora do país. De acordo com a diretora, as reservas – hoje em torno de US\$ 173 bilhões – funcionam como um “colchão” de segurança contra crises internacionais e devem ficar em aplicações de alta liquidez

(elevada disponibilidade). Ela também manifestou posição contrária a mecanismos destinados ao controle da entrada de capitais no país para evitar a deterioração do câmbio.

### Servidores

Anthero de Moraes comprometeu-se em levar ao presidente do BC, Henrique Meirelles, apelo de Mercadante para que receba os servidores da instituição, neste momento em campanha para revisão dos salários. O Sinal, sindicato dos funcionários do BC, reivindica equiparação com servidores de carreiras equivalentes.

– Nós temos um papel importante nessa discussão, mas o órgão de decisão é o Ministério do Planejamento – ressaltou Anthero de Moraes.

## Mercadante questiona isenções a investimentos estrangeiros

Aloizio Mercadante sugeriu, durante a sabatina dos indicados para o Banco Central, que o país volte a examinar a conveniência de tributar investimentos estrangeiros no mercado nacional. Ele questionou a necessidade de retomada de “instrumentos fiscais” sobre os investimentos externos.

– O país tem hoje US\$ 21 bilhões [em dinheiro estrangeiro] em renda fixa. Eu me pergunto: por que retirar o Imposto de Renda dessas transações?

Na mesma reunião, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) lembrou que, por meio de aquisições ao mercado, o BC elevou as reservas do nível de US\$ 100 bilhões para US\$ 173 bilhões. Observou, ainda, que a diferença entre os rendimentos das aplicações das divisas, no exterior, ficam muito aquém dos juros pagos pelos títulos lançados para enxugar o mercado do excesso de dólares e reduzir a valorização do real.

Eduardo Suplicy também mencionou o problema da desvalorização cambial, e Cícero Lucena (PSDB-PB) pediu medidas para controle de excessos dos bancos na cobrança de tarifas de serviços.

## Tarifas bancárias serão tema de audiência na CAE

Os preços das tarifas de serviços bancários devem ser tema de audiência na CAE, que ouvirá os presidentes do Banco do Brasil, Antonio Francisco Lima Neto, e da Caixa Econômica Federal, Maria Fernanda Ramos Coelho. A proposta do debate foi apresentada por Aloizio Mercadante, durante a sabatina com indicados para a diretoria do Banco Central, na qual Flexa Ribeiro chegou a sugerir a existência de cartel entre os bancos públicos e privados para manter as tarifas em alto patamar e, desse modo, ampliar seus lucros. O senador registrou que as receitas de tarifas chegam a representar 130% do valor da folha de salários dos bancos.

A reunião foi encerrada sem a análise dos projetos da pauta. A proposta que cria normas para o reconhecimento de centrais sindicais (PLC 88/07) foi retirada da pauta a pedido do relator, Francisco Dornelles (PP-RJ), depois que ele se encontrou com líderes sindicais para tratar da matéria. Dornelles adiantou que divulgará o relatório com seu voto sobre o projeto na próxima semana.

## Secretário diz que metas do Tesouro Nacional foram atingidas com folga

As metas de política fiscal e de gestão da dívida pública foram atingidas com folga pelo governo, disse ontem o secretário do Tesouro Nacional, Arno Hugo Augustin Filho, durante audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO). Ele apresentou o relatório quadrimestral de avaliação e cumprimento das metas do segundo quadrimestre de 2007 (de janeiro a agosto).

De acordo com o secretário, o país tem “perspectivas muito positivas” quanto ao cumprimento das metas até o fim do ano.

Até agosto de 2007, informou Augustin, o governo federal ultrapassou a meta fiscal prevista, de R\$ 54,2 bilhões. Segundo ele, o resultado primário do governo central e estatais ficou superavitário em R\$ 62,1 bilhões. Já o déficit da Previdência Social ficou em R\$ 26,6 bilhões até agosto.

Augustin informou que a dívida pública interna aumentou 3,34% do final de abril até o final de agosto, quando passou para R\$ 1,200 trilhão. A dívida pública externa, no mesmo período, teve redução de 8,39%.

O secretário também afirmou que a relação entre a dívida líquida do setor público e o produto interno bruto (PIB), que hoje está em 43,5%, tende a cair nos próximos anos, podendo chegar a 37,5% em 2010. Disse ainda que o crescimento da arrecadação tributária tem desacelerado.

– Nós já temos reservas muito significativas, os fundamentos fiscais estão mantidos, o país está crescendo, e isso resultou que a turbulência internacional não teve impacto importante nem na rolagem da nossa dívida externa, nem em nenhum dos fundamentos do país – concluiu.



Ruy Coutinho, Mara Sartori, Taveira, Papaléo, Nancy D'Arienzo e Murilo Buso em audiência

## Anvisa estuda mudanças na importação de medicamentos

A Resolução 86/00, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que rege a importação de medicamentos sem similar nacional, está sendo totalmente reformulada, informou ontem o coordenador de Pesquisas e Ensaios Clínicos da agência, Jorge Taveira Samaha, em audiência na Subcomissão de Promoção e Defesa da Saúde.

Para Alvaro Dias (PSDB-PR), que solicitou o debate, dificuldades na importação de medicamentos como o maliasin, de prescrição neurológica, “são devidas ao excesso de burocracia, que propicia a ilegalidade”. Papaléo Paes (PSDB-AP) avaliou que “é preciso levar em consideração que a saúde coletiva tem de estar acima da saúde individual”.

Segundo Nancy D'Arienzo, representante da Trade Farma Importadora, a empresa quer se aproximar da Anvisa para reivindicar a renovação das licenças de cadastramento e importação.

– É preciso fazer uma adequa-

ção da legislação para nos proporcionar condições de trabalhar com autorização imediata de importação – assinalou.

Murilo Buso, médico cancerologista, frisou que há importadoras que trazem os remédios de maneira rápida, mas são contrabandistas. A farmacêutica Mara Keller Sartori disse que a regulamentação das importadoras é imprescindível para garantir boas normas de armazenamento. Ruy Coutinho, usuário de medicamentos importados, afirmou que a Anvisa não leva em consideração a enorme e contínua demanda desses remédios.

Augusto Botelho (PT-RR) defendeu a imediata quebra das barreiras de importação de medicamentos. Já Rosalba Ciarlini (DEM-RN) solicitou da Anvisa que informe à subcomissão as alterações e sugestões que estão sendo cogitadas na Resolução 86.

A subcomissão aprovou a realização de audiência, requerida por Papaléo, sobre equipamentos de uso ortopédico.

## Tião Viana recebe prefeitos do Pará

O presidente interino do Senado, Tião Viana, recebeu ontem uma comitiva de prefeitos paraenses que vieram solicitar a inclusão na ordem do dia do Projeto de Decreto Legislativo 52/07, do senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), que dispõe sobre a realização de plebiscitos, no sul e sudeste do Pará, para a criação do estado do Carajás. A matéria, aprovada por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça, aguarda inclusão na pauta de votações.

Tião Viana manifestou-se favoravelmente à criação do novo estado, lembrando o problema da falta de assistência a vilas e distritos na região amazônica situados a centenas de quilômetros das sedes de seus municípios.

Quintanilha, presente à reunião, afirmou estar seguro de que a redivisão territorial do Pará “só trará benefícios para a nova região emancipada e para a remanescente”.

## Exonerado servidor preso pela PF

O presidente interino do Senado, Tião Viana, determinou a exoneração do fotógrafo Carlos Rudiney Arguelho Mattoso, que prestava serviços, na condição de assistente parlamentar, à Presidência da Casa.

Carlos Rudiney foi preso ontem pela Polícia Federal (PF) na Operação Sete Erros, que apura a ocorrência de crimes de contrabando e descaminho de mercadorias provenientes do Paraguai e vendas na Feira dos Importados, em Brasília.

Pesquisa do DataSenado indica que 80% dos entrevistados são a favor de medida constante do projeto aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Direitos Humanos do Senado

# Grande maioria apóia ampliação da licença-maternidade para seis meses

Pesquisa realizada em outubro pelo DataSenado indica que 80% dos entrevistados apóiam a ampliação do período de licença-maternidade dos atuais quatro para seis meses. A pesquisa, feita com 805 brasileiros residentes em capitais e que têm telefone fixo, apontou somente 13% de pessoas que discordam da iniciativa parlamentar. Em defesa da proposta, um abaixo-assinado, coordenado pela Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), obteve mais de 500 mil assinaturas.

Conforme o Projeto de Lei do Senado 281/05, o aumento do período da licença é facultativo, mas a empresa que aderir à proposta terá incentivos fiscais. A iniciativa, de autoria da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), foi aprovada em decisão terminativa na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), presidida pelo senador Paulo Paim



(PT-RS), e precisa ainda de votação da Câmara dos Deputados. Paim foi o relator da proposição no colegiado.

Pela proposta, o empregador que aderir ao Programa Empresa Cidadã vai poder descontar no cálculo do Imposto de Renda o valor integral da remuneração que a mãe receberá nos 60 dias de prorrogação do benefício. Para o presidente da SBP, Dioclécio

Campos Júnior – que desenvolveu o projeto a partir de uma campanha da entidade –, a medida vai diferenciar as empresas que têm compromisso social e sensibilidade humana.

Segundo o presidente interino do Senado, Tião Viana, a iniciativa estimula a responsabilidade social das empresas.

Para 76% dos entrevistados pelo DataSenado, da Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública do Senado (Sepop), o bebê será o principal beneficiado com a medida, enquanto 14% apontaram a mãe, e 6%, o governo.

A Comissão de Justiça da Câmara aprovou matéria semelhante – a proposta de emenda à Constituição 30/07. A principal diferença é que a iniciativa de Patrícia Saboya estabelece que a adesão da empresa a esse benefício para as mães é opcional. Já o projeto da Câmara torna a licença-maternidade de seis meses obrigatória.

## Viana espera que Câmara aprove proposta do Senado

“Quando uma nação é capaz de assegurar abrigo digno a uma criança, ela está à altura do seu tempo e dos seus desafios.” A afirmação foi feita pelo presidente interino do Senado, Tião Viana, na solenidade de divulgação da pesquisa, ao lado do presidente da SBP, Dioclécio Campos Júnior; da senadora Patrícia Saboya, que a apresentou; e de Paulo Paim.

Tião Viana ressaltou a iniciativa da SBP e observou que o Senado discutiu a proposta por mais de dois anos. Segundo ele, o projeto estimula a responsabilidade social das empresas sem prejudicar a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Mal encerrou a solenidade, Tião Viana foi indagado pelos jornalistas sobre o fato de a Câmara dos Deputados ter uma iniciativa semelhante e buscar priorizá-la.

– Quando se vê um projeto construí-

do como esse, não é cabível que a Câmara, por vaidade, queira protelar a matéria. Então tenho certeza de que o bom senso e a sensibilidade do presidente Arlindo Chinaglia estarão à altura de fazer com que a Câmara tenha a humildade de aprovar essa matéria, a fim de que ela se torne um benefício imediato à sociedade brasileira, especialmente às crianças, às mães e aos pais do Brasil.

Tião Viana disse que o Senado, há poucos dias, “teve um belo momento de despreendimento” num projeto de sua autoria que regulamentava a Emenda 29, sobre verbas à saúde.

– Meu projeto foi apresentado dois



Na solenidade, Tião Viana, entre Dioclécio Campos e Patrícia Saboya

anos antes da iniciativa da Câmara e eu renunciei à autoria para permitir que a sociedade tivesse o benefício direto de mais R\$ 7 bilhões para a saúde pública nnljá no próximo ano.

Por sua vez, Patrícia Saboya declarou que a pesquisa revela o amadurecimento da sociedade brasileira para compreender que o maior patrimônio do país são as crianças.

## Magno Malta anuncia audiência pública sobre adoção

O senador Magno Malta comunicou ontem que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realizará audiência pública no dia 29 para debater as atuais regras de adoção de crianças. O evento contará com a participação de pais adotivos, juízes e promotores de Justiça, explicou o senador, que defende o aprimoramento dos atuais

procedimentos legais para a guarda de menores.

– O Conselho Nacional de Justiça definiu que haverá um cadastro nacional para adoção. Já é um avanço, mas tem que ir para a lei – disse o senador, referindo-se à decisão anunciada pelo órgão.

Magno Malta disse que a audiência pública possibilitará a troca de

informações e experiências entre as autoridades públicas e as pessoas interessadas em adotar. Em sua avaliação, as autoridades precisam ser sensibilizadas para o interesse da população na adoção de crianças e para as dificuldades existentes na legislação que acabam por atrapalhar esse processo, levando ao desestímulo.

## Atuação do Ecad é tema de debate em subcomissão

A Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, vinculada à Comissão de Educação (CE), realizou audiência pública ontem para discutir a eficiência da atuação do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad), entidade que arrecada e distribui recursos referentes a direito autoral. Para o especialista em direito autoral Nehemias Gueiros Júnior, apesar de o Ecad executar um importante trabalho, a entidade precisa de instrumentos que tornem a fiscalização mais transparente aos titulares de tal direito.

Nehemias explicou que o Ecad exerce monopólio da arrecadação de direito autoral no país – que em 2006 foi de R\$ 268 milhões – e, para ele, a instituição exagera na cobrança da utilização de músicas em alguns eventos, como festas juninas em escolas públicas ou comemorações em condomínios.

### Arrecadação

A superintendente-executiva do Ecad, Glória Cristina Braga, explicou que, do total dos valores arrecadados, 75% são distribuídos aos titulares do direito, 7% às associações e 18% ficam com o Ecad.

Também para a diretora da Associação Brasileira de Direito Autoral (ABDA) – associação constituída para estudo do direito autoral –, Maria Cecília Prats, o Ecad não pratica monopólio, uma vez que a entidade é gerida por dez associações, modelo, segundo ela, copiado em outros países.

O presidente da Federação Nacional das Empresas Exibidoras Cinematográficas (Feneec), Ricardo Difini Leite, informou que os exibidores cinematográficos pagam aos distribuidores 47,5% da receita bruta da exibição de filmes, aí incluídos os direitos devidos ao diretor, ao roteirista e aos músicos que participam da obra. Ele afirmou que a exigência de autorização prévia do Ecad para exibição de filmes dificulta a atividade cinematográfica.



Papaléo: armamento de guerra virou sucata recondicionada

## Papaléo adverte sobre penúria das Forças Armadas

Papaléo Paes (PSDB-AP) alertou ontem para o estado de abandono e de penúria em que se encontram as Forças Armadas brasileiras. Ele lembrou palestra proferida pelo general-de-exército Enzo Martins Peri na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e disse que ficou estupefocado ao saber que a pobreza material do arsenal bélico é maior do que imaginava.

O senador assinalou que o armamento de guerra, em grande parte, virou sucata recondicionada, o que mal permite pequenos exercícios de guerra. Destacou ainda o papel institucional das Forças Armadas, presentes em áreas inóspitas e vastas do país e na execução de obras importantes, apesar das contingências orçamentárias e da falta de apoio material.

## João Pedro defende Universidade do Pacto Amazônico

O senador João Pedro (PT-AM) defendeu ontem a criação da chamada Universidade do Pacto Amazônico, composta pelos integrantes da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA): Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. O tratado foi firmado em 1978 para promover a integração dos países e a defesa da floresta.

João Pedro acredita que a democracia na América Latina se fortalecerá quando os oito países que compõem a OTCA firmarem uma agenda comum, em busca da melhoria de qualidade de vida e liberdade de expressão.

Depoentes se dividem: alguns afirmam que sociedade, por financiar entidades, deve ter acesso a informações sobre suas receitas; outros querem liberdade total para as que não recebem dinheiro público

# Marco legal para o terceiro setor é o desafio da CPI das ONGs, diz relator

Durante audiência pública na CPI das ONGs, o relator do colegiado, senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), afirmou ontem que a criação de um marco legal para as entidades do terceiro setor é uma “questão central” para a comissão.

– Nossa maior responsabilidade é conseguirmos encerrar esta CPI com um marco legal para a atividade do setor no nosso país. A questão central é descobrirmos como podemos aprimorar a legislação – disse o relator, ao pedir ajuda nessa tarefa aos especialistas presentes à audiência.

O advogado especialista em Direitos Humanos Alexandre Ciconello defendeu maior liberdade possível para as associações do terceiro setor que não têm recursos públicos. Já no caso das organizações não-governamentais que recebem dinheiro do governo, é preciso que seja construído um marco legal para regulamentar essa relação, na opinião de Ciconello. Segundo ele, as leis em vigor “se sobrepõem” umas às outras.

O procurador de Justiça do Distrito Federal José Eduardo Sabo Paes des-



Inácio Arruda (2º à esq.), relator, Colombo, presidente da comissão, e Lúcia Vânia ouvem especialistas

tacou a “importância vital do terceiro setor para o mundo” e sugeriu a estruturação de uma legislação para o setor no Brasil.

Gladaniel Palmeira de Carvalho, da Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, lembrou que quem financia o terceiro setor é a sociedade, e que as entidades desse

setor têm que apresentar à sociedade informações sobre suas receitas.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou que há um “forte lobby do terceiro setor” para evitar a aprovação de uma proposta apresentada pela CPI das ONGs que funcionou anteriormente e foi presidida por ele.

– O debate não é ideológico, é sobre como se aplicam os recursos – frisou Mozarildo.

## Ideli critica juízes que não aplicam a Lei Maria da Penha

Ideli Salvatti (PT-SC) prometeu ontem manter “vigilância constante” com vistas à aplicação da Lei Maria da Penha (11.340/06), que prevê punição para os atos de violência contra a mulher. A senadora denunciou casos de juízes que alegam razões jurídicas ou supostamente filosóficas para não condenar os agressores.

Ideli leu a íntegra do ofício encaminhado a todas as senadoras pela presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacio-



Ideli lê ofício da presidente do STF sobre investigação de juiz

nal de Justiça (CNJ), ministra Ellen Gracie, informando que o juiz Edilson Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e Juizado da Infância e da Juventude da Comarca de Sete Lagoas (MG), está sendo investigado pela Corregedoria do CNJ por ter se recusado a aplicar aquele texto legal. O ofício de Ellen Gracie é resulta-

do de uma visita que senadoras e deputadas fizeram à ministra para pedir providências contra Rodrigues.

Para o juiz, a lei é inconstitucional,

não passando de “um conjunto de regras diabólicas”. Em uma nota de 24 de outubro, ele justifica sua interpretação jurídica citando o artigo 226 da Constituição: “O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”. Ao discriminar os homens como possíveis vítimas de violência doméstica, a lei seria, no entender do juiz, inconstitucional.

As parlamentares estão requerendo à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado que convoque o magistrado a dar explicações sobre o conteúdo de suas sentenças, no que se refere à Lei 11.340/06.

## Projeto de Camata permite uso de diesel em veículos leves

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) anunciou ontem, em Plenário, a apresentação de projeto de lei que autoriza a comercialização de motores a diesel para carros de passeio.

Ao criticar o fato de a Petrobras fixar preços de países de Primeiro Mundo para a gasolina vendida no Brasil, Camata observou que

em muitas nações vizinhas, como Uruguai e Argentina, veículos de passeio fabricados no Brasil chegam a fazer mais de 35 quilômetros por litro de diesel, combustível mais barato que a gasolina.

– É uma contribuição mínima que devemos dar ao cidadão brasileiro para que possa ter o direito de, com um combustível mais barato, que

rende mais, passear e ir trabalhar usando um carro que o Brasil fabrica e que pode vender aos cidadãos da Argentina, do Uruguai, do Chile, da Colômbia e do Paraguai, mas cuja venda é proibida aos brasileiros. É uma crueldade, é uma discriminação e é inconstitucional fazer isso com os brasileiros – protestou o senador.



“É preciso que o BNDES seja um banco de todo o país”, diz Borges

## César Borges pede mais aplicações do BNDES no Nordeste

O senador César Borges (PR-BA) comemorou ontem o aumento global de 40% nas aplicações feitas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), mas lamentou o fato de os investimentos terem sido dirigidos aos estados mais desenvolvidos em detrimento da região Nordeste.

– Queremos a criação de uma política diferenciada para alavancar os estados menos desenvolvidos. É preciso que o BNDES seja um banco de todo o país.

César Borges disse que o BNDES alega que a iniciativa privada nordestina não apresenta projetos de financiamento. O senador argumentou que os projetos eram da responsabilidade da extinta Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que ainda não foi recriada.

## Heráclito questiona operação entre BEP e Banco do Brasil

Heráclito Fortes (DEM-PI) questionou a proposta de incorporação do Banco do Estado do Piauí (BEP) ao Banco do Brasil e os aspectos da transação entre as duas instituições. O senador classificou a operação como “um assalto moral e financeiro a um estado que já padece pela indiferença do governo federal”.

Segundo Heráclito, o BEP foi avaliado em R\$ 180 milhões, mas só o seu patrimônio está estimado em R\$ 78 milhões. Ele questionou ainda o fato de não ter havido licitação no processo de aquisição da instituição financeira.

– É uma entrega de ações de um banco a outro? – perguntou o senador.